ESPAÇO PEDAGÓGICO
ISSN on-line: 2238-0302
CC BY
Recebido: 12.08.2024 — Aprovado: 28.04.2025
https://doi.org/10.5335/rep.v32.16163

Construindo uma Escola Intercultural do povo Kambeba: história e desafios

Building an Intercultural School of the Kambeba People: History and Challenges

Construcción de una escuela intercultural del pueblo Kambeba: historia y desafíos

Hellen Simas[1]
Raimundo Cruz da Silva[2]

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos líderes Kambeba para a construção de uma educação intercultural na escola indígena Kanata T-ykua. O referencial teórico são os estudos de Valéria Weigel (2000), Paredes (1996), Mariana Ferreira (2001) e Catherine Walsh (2007). Os procedimentos metodológicos utilizados foram da pesquisa bibliográfica e da pesquisa narrativa, com uso do instrumento relato de experiência. A educação do povo Kambeba é levada para sala de aula por meio dos mais idosos e pelos projetos societários trabalhados pelos professores Kambeba. Os resultados apontam que, na escola indígena Kanata T-ykua, os professores indígenas lutam por uma educação intercultural, em que todo o fazer pedagógico na sala de aula valorize os conhecimentos tradicionais do seu povo.
Palavras-chave: Conhecimento tradicionais; Práticas pedagógicas interculturais; Cotidiano da escola indígena.

Abstract

This paper aims to analyze the challenges faced by Kambeba leaders in building intercultural education at the Kanata T-ykua indigenous school. The theoretical framework is based on studies by Valéria Weigel (2000), Paredes (1996), Mariana Ferreira (2001) and Catherine Walsh (2007). The methodological procedures used were bibliographical research and narrative research, using the experience report instrument. The education of the Kambeba people is brought into the classroom by the elders and by the societal projects worked on by the Kambeba teachers. The results show that, at the Kanata T-ykua indigenous school, the indigenous teachers are fighting for an intercultural education, in which all pedagogical activities in the classroom value the traditional knowledge of their people.
Keywords*:* Traditional knowledge; Intercultural pedagogical practices; Everyday life in an indigenous school.

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar los retos a los que se enfrentan los líderes kambeba en la construcción de la educación intercultural en la escuela indígena Kanata T-ykua. El marco teórico se basa en los estudios de Valéria Weigel (2000), Paredes (1996), Mariana Ferreira (2001) y Catherine Walsh (2007). Los procedimientos metodológicos utilizados fueron la investigación bibliográfica y la investigación narrativa, utilizando el instrumento de relato de experiencias. La educación del pueblo Kambeba se lleva al aula a través de los ancianos y de los proyectos sociales trabajados por los profesores Kambeba. Los resultados muestran que en la escuela indígena Kanata T-ykua, los profesores

[1] Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM – Brasil.
[2] Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM – Brasil.

indígenas luchan por una educación intercultural, en la que todo el trabajo pedagógico en el aula valore los conocimientos tradicionales de su pueblo.
Palabras clave*:* Conocimientos tradicionales; Prácticas pedagógicas interculturales; Vida cotidiana en una escuela indígena.

Introdução

A luta pela preservação da cultura e da identidade do povo indígena Kambeba parece ser algo, cada vez mais, complicado, porque os avanços tecnológicos fazem com que a identidade indígena Kambeba viva um momento de transformação, ganhando um novo caráter, ou seja, a necessidade de se ressignifica frente às novas necessidades tecnologias. A escola indígena, como espaço intercultural e de fortalecimento da identidade Kambeba, não pode se ausentar do debate sobre identidade indígena e sobre os saberes tradicionais e tecnológicos. Por isso, este artigo, apresenta os desafios enfrentados pelos líderes, chamados de tuxauas, e professores indígenas Kambeba para a construção de uma educação intercultural na escola indígena municipal Kanata T-ykua. Almejam uma educação escolar que, ao mesmo tempo, fortaleça a identidade do povo e transmita os saberes do não indígena necessários ao contato, promovendo a interculturalidade.

O *lócus* da pesquisa foi a escola Kanata T-ykua, que, em língua portuguesa, significa “luz do saber”. Ela está localizada na aldeia Três Unidos, no rio Cuieiras, afluente do Rio Negro, município de Manaus. A pesquisa de campo foi realizada, no ano de 2024, por um dos autores do artigo. Os dados gerados foram analisados de forma qualitativa a partir do referencial teórico embasado nos autores Valéria Weigel (2000), Katarine Walsh (2007) e Meliá (2000), dentre outros.

O interesse em realizar a pesquisa surgiu por um dos autores ser indígena do povo Kambeba, residente na comunidade em estudo, com experiências no movimento indígena, especificamente na luta por uma educação diferenciada e com experiência como professor indígena contratado pelo municipio de Manaus e como gestor da Escola Municipal Kanata T-ykua, desde a sua fundação em 2005.

A educação escolar indígena é um processo pedagógico desafiador, rico em construção de conhecimentos, de valorização das memórias das culturas e saberes de cada povo. Esses conhecimentos precisam ser trabalhados na escola a fim de que não sejam esquecidos pelas novas gerações, pois são riquezas simbólicas e culturais. Portanto, pesquisar essa realidade com um novo olhar, com o olhar de pesquisador indígena poderá evidenciar os problemas, os desafios de se fazer educação diferenciada, mas também, poderá nos levar a conhecer essa realidade e suas possibilidades de aprimoramento e valoração no campo do saber amazônico e de suas identidades e processos próprios de educação.

Esperamos que o resultado deste estudo ganhos significativos para a comunidade kambeba, especialmente para a Escola Municipal Kanata T-ykua, ao promover reflexões significativas e novas compreensões acerca do processo educativo diferenciado do povo kambeba em busca da construção de uma escola intercultural.

O Povo Omágua: povo das águas

As expedições europeias dos séculos XVI e XVII encontraram diversos povos indígenas vivendo na várzea do Amazonas, entre eles o povo Kambeba, também conhecido como Omágua, principalmente no Peru e como “povo das águas”, sendo um dos povos mais numerosos da época. Porém, o processo de colonização o atingiu fortemente, chegando a ser considerado um povo extinto no século XVIII, por terem deixado se identificar como indígena em razão da violência e discriminação de frentes não-indígenas na região desde meados do século XVIII. Entretanto, nas últimas décadas do século XX, por meio dos movimentos indígenas, a partir da década de 1980, particularmente com o reconhecimento dos direitos indígenas pela Constituição de 1988 e a multiplicação das organizações indígenas, os Kambeba passaram novamente a se afirmarem como indígenas e a lutar pelas causas indígenas, sendo considerados, por isso, indígenas ressurgidos.

Segundo dados do Censo de 2010, sua população vem aumentando ao longo dos anos, visto que, no ano de 1982, apresentava um quantitativo de 54 pessoas; em 2010, chegou a 780 indígenas e atualmente são 1.500 pessoas (Socioambiental, 2025), distribuídos no Médio e Alto Solimões e Baixo Rio Negro.

Conforme pesquisas históricas do final do século XX, a origem do povo, hoje habitante do território brasileiro, é uma região do Peru, localizada nas proximidades de Lima. Em 16 de novembro de 1991, três famílias indígenas do povo Kambeba migraram da Aldeia Jaquiri, no médio Solimões, para a margem esquerda do Rio Cuieiras, na desembocadura do baixo Rio Negro, a 60 km de Manaus. As famílias deixaram a aldeia em busca de tratamento médico para o tuxaua e patriarca da família Cruz. Assim, deram início à fundação da Aldeia Nossa Senhora da Saúde, hoje Comunidade Indígena Três Unidos.

Desde 1991, os moradores sobrevivem dos trabalhos da agricultura e da produção de artesanatos vendidos aos turistas que visitam a comunidade, o que se consolidou como o principal meio de sobrevivência da comunidade. Apesar do intenso contato, a comunidade ainda pratica seus rituais, suas danças; preparando suas comidas tradicionais; cultivando as plantações e praticando a pesca e a caça apenas para consumo próprio; as mulheres mantêm uma feira de artesanato, na qual cada família tem espaço para expor os seus produtos. A maioria das famílias vive da produção de artesanato e da agricultura, outros são funcionários públicos e há, ainda, os que trabalham com turismo, que também faz parte da economia da comunidade. Atualmente a aldeia desenvolve o turismo de base comunitária, na qual funciona uma pousada e um restaurante para os visitantes que querem provar e conhecer a culinária indígena Kambeba, cujos pratos típicos são: mujica, pupeca e fanho.

Na aldeia residem, atualmente, 32 famílias, totalizando 120 pessoas, incluindo adultos, jovens e crianças. Localizada em um local privilegiado pela natureza, cercada por praias e mata virgem, a comunidade convive em harmonia com a fauna e a flora e seus moradores primam pela organização, limpeza e preservação do meio ambiente. Os mais idosos são falantes da língua Kambeba enquanto os mais novos estão em processo de

aprendizagem: a maioria entende a língua indígena, mas não falam a língua Kambeba de forma fluente. A partir da convivência com a comunidade, exima-se que 60% dos seus membros falem a língua kambeba com proficiências variadas. Na região do Médio rio Solimões entre o município de Tefé, Alvarães e Uarini, existem mais cinco aldeia do povo Kambeba, que vive da agricultura e da pesca.

Com recursos próprios da comunidade, foi construído o Centro Social, onde são realizadas as festas, reuniões, apresentações culturais e outras atividades. A Capela do Divino Espírito Santo também foi erguida com recursos comunitários. A Secretaria de Saúde Indígena construiu um Posto de Saúde, considerado o Polo Base de saúde indígena por atender as populações indígenas da região do Rio Cuieiras e adjacências.

A comunidade Kambeba está localizada no Território Etnoeducacional Baixo Amazonas, em uma terra que se encontra em processo de demarcação pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão responsável pelo processo de regularização das terras indígenas. Todas as terras indígenas Kambeba, no rio Solimões, estão demarcadas e homologadas, somente a terra da aldeia Três Unidos no rio Negro ainda está em processo de demarcação. Além dessa instituição, estão inseridas, no contexto da Comunidade, a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), que atende e cuida da saúde do povo da comunidade e a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a qual é responsável pelo funcionamento da educação escolar indígena.

A convivência intercultural com os outros povos indígenas e não indígenas não interferiu tanto na afirmação da identidade Kambeba. É possível verificar a prática da cultura Omágua e suas tradições, as quais são fortalecidas também pela educação escolar específica, diferenciada e bilíngue. Durante séculos, a educação formal serviu ao ideal colonizador e assimilacionista, sendo um instrumento responsável pela negação, opressão e extinção de milhares de línguas e culturas indígenas. Hoje, a escola em comunidades indígenas pode ser utilizada como mecanismo de revitalização, manutenção e valorização das culturas ancestrais, pois a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, reconheceu o indígena como pessoa provida de direitos e deveres como todo cidadão brasileiro e como membro de uma comunidade e de um grupo, isto é, como membro de uma coletividade que é titular de direitos coletivos e especiais. Isto significa que o Estado deve não apenas garantir a existência das populações indígenas, e sim contribuir eficazmente para a reafirmação e valorização de suas culturas e línguas.

A Constituição de 1988 assegura, no artigo 210, às comunidades indígenas, no Ensino Fundamental regular, o uso de suas línguas indígenas e os processos próprios de aprendizagem e garante a prática do ensino bilíngue em suas escolas. O artigo 215 define como dever do Estado a proteção das manifestações culturais indígenas. A escola se constitui, assim, instrumento de valorização dos saberes e processos próprios de produção e recriação de cultura, que devem ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras.

Apesar das conquistas de direitos, a educação do povo Kambeba ainda passa por grandes lutas para a valorização dos saberes tradicionais. Esses conhecimentos precisam ser trabalhados na escola, a fim de que não sejam esquecidos pelas novas gerações, pois

são riquezas simbólicas e culturais. Portanto, pesquisar essa realidade com um novo olhar, ou seja, com o olhar de pesquisador indígena poderá evidenciar os problemas, os desafios de se fazer educação diferenciada, mas também, poderá nos levar a conhecer essa realidade e suas possibilidades de aprimoramento e de valoração no campo do saber amazônico e de suas identidades e processos próprios de educação.

Educação Escolar Indígena: definição

A escolarização dos povos indígenas foi impulsionada, inicialmente, pela catequização efetivada pelos missionários no período da colonização. Isso desencadeou processos diferentes na Amazônia, tanto de desvalorização das línguas indígenas, costumes e saberes tradicionais, desencadeando um sentimento de não pertencimento à identidade indígena em muitos povos tradicionais, mas também muitos povos tiveram o sentimento de resistência e luta, pois a apropriação da língua portuguesa e de conhecimentos ocidentais possibilitou a articulação em busca de direitos sociais (Weigel, 2000). Segundo a citada pesquisadora dos povos da Amazônia, os interesses desses missionários pelos nativos transcendiam a questão da cristianização, pois tais ordens religiosas se configuravam como empresas prontas a explorar os indígenas visando, sobretudo, o acúmulo de riquezas para o governo colonizador (Weigel, 2000).

Segundo Ferreira (2001), o processo histórico da educação escolar indígena no estado brasileiro pode ser dividido em quatro fases. A primeira fase se inicia com período colonial e se estende até os meados de 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio. Consiste no período mais extenso, que objetivou aniquilar a diversidade cultural indígena e promover sua exploração. A segunda fase teve início a partir de 1910 e se estende até os meados de 1960. Nesse período, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, quando houve a articulação com missões religiosas e com o *Summer Institute of Linguistics* (SIL). A política educacional desta época visava a integração dos indígenas à sociedade brasileira, desconsiderando a cultura nativa e os saberes tradicionais dos povos indígenas. Após cerca de quatro séculos de extermínio, houve uma preocupação com a diversidade linguística e cultural dos indígenas em seu processo de educação escolar.

Nessa direção pontuada por Ferreira (2001), a terceira fase, compreendida nos anos finais da década de 60 até a década de 70, enfatizou a formação de projetos alternativos de educação escolar para os indígenas, a participação de organizações não governamentais em prol da causa indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Operação Amazônia Nativa (OPAN), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Comissão Pró-Índio, dentre outras e ainda os encontros de educação para indígenas. A OPAN e o CIMI eram voltados para a prestação de serviços no âmbito da educação escolar para os indígenas. As inquietações em torno da questão indígena deram início aos encontros ou assembleias de diversas etnias.

Os anos 80 marcam a quarta fase pela iniciativa dos próprios indígenas que passaram a reivindicar uma política de educação escolar voltada aos seus interesses

comuns e especificidades étnicas e culturais. Mesmo diante do regime militar, as lideranças e representantes da sociedade indígena brasileira iniciaram um período de organização e de articulação política no intuito de solucionar problemas comuns, relacionados a questões da defesa do território, do respeito à diversidade linguística e cultural, do direito à assistência médica eficaz e de processos educacionais específicos e diferenciados (Ferreira, 2001). Assim, a partir dessas articulações, os direitos adquiriram força de lei, assegurados na Constituição Federal de 1988, que se tornou propulsora da elaboração de diversas políticas públicas para os povos indígenas.

Segundo pensamos, a educação escolar indígena é um processo educativo em construção, uma escola construída a partir da perspectiva educativa, sociocultural e política dos povos indígenas. Isso vem de encontro a um passado de negação, alienação e silenciamento das identidades indígenas na escola e na sociedade, como ocorreu no período de colonização e perdurou até a Constituição Federal de 1988. A partir desse documento criou-se uma série de legislações que embasam a educação específica e diferenciada em suas formas próprias de ser e de fazer educação.

Na perspectiva de Weigel (2000), a educação escolar indígena necessita ser pensada construindo-se relações entre a cultura dos povos indígenas e a cultura da sociedade envolvente, uma vez que “[...] a aquisição e a apropriação das ferramentas da linguagem, em língua materna e em L2 (segunda língua), constituem um grande e denso emaranhado de questionamentos e possibilidades em ambas as culturas (Weigel, 2000, p. 62)”. A autora destaca a importância da interculturalidade na construção das práticas da escola indígena.

Outra pesquisadora da área da educação escolar indígena, Tassinari (2001) define as escolas indígenas enquanto espaços de trânsito, troca e articulação de conhecimentos em que também se revela como espaço de “incompreensões e redefinições” das identidades dos diversos grupos envolvidos em tal processo tanto índios como não índios (Tassinari, 2001, p. 50).

Por outro lado, Paredes (1996) considera relevante no processo educativo da escola indígena a prática da reflexão das problemáticas sociais vivenciadas pelas próprias comunidades, pois tal atitude a faz uma educação diferenciada. Defende que uma educação propriamente indígena precisa ser intercultural e bilíngue, a fim de reconhecer e valorizar a identidade indígena. Pensamento que corrobora com Meliá (2000), que defende que a escola indígena deve praticar a interculturalidade.

História da Educação Escolar Kambeba

A escolarização dos povos indígenas foi impulsionada, inicialmente, pela catequização efetivada pelos missionários no período da colonização. Isso desencadeou processos diferentes na Amazônia, tanto de desvalorização das línguas indígenas quanto de costumes e de saberes tradicionais, desencadeando um sentimento de não pertencimento à identidade indígena por muitos povos tradicionais, mas, nesse processo, houve resistência e luta.

Os jesuítas entraram, nas aldeias, com o objetivo de catequizar o povo e, ao mesmo tempo, ensinar a língua portuguesa para os indígenas passarem a praticar a religião do não indígena. Por meio dessa catequização, os Kambeba, por exemplo, foram deixando de praticar os seus costumes, como suas crenças, danças, pinturas, línguas e outros saberes tradicionais que esse povo praticava. Seus benzedores e pajés foram extintos por causa da religião dos jesuítas. O povo Kambeba deixou de acreditar nas suas crenças indígenas e começou a usar a língua portuguesa, achando que a língua indígena não tinha mais importância para o seu povo. Segundo Weigel (2000), os interesses dos missionários pelos nativos transcendiam a questão da cristianização, pois tais ordens religiosas se configuravam como empresas prontas a explorar os indígenas visando, sobretudo, o acúmulo de riquezas para o Governo colonizador.

Na década dos anos 70, o povo Omágua, conhecido atualmente como povo Kambeba, sofreu discriminação por não conseguirem falar a língua portuguesa. Os anos 80 marcam a quarta fase pela iniciativa dos próprios indígenas que passaram a reivindicar uma política de educação escolar voltada aos seus interesses comuns e especificidades étnicas e culturais. A apropriação da língua portuguesa e de conhecimentos ocidentais possibilitaram, por exemplo, a busca pelos indígenas de direitos sociais como: direito à terra demarcada, saúde diferenciada, educação escolar específica. Mesmo diante do regime militar, as lideranças e os representantes da sociedade indígena brasileira iniciaram um período de organização e de articulação política no intuito de solucionar problemas comuns, relacionados a questões da defesa do território, do respeito à diversidade linguística e cultural, do direito à assistência médica eficaz e de processos educacionais específicos e diferenciados (Ferreira, 2001). Assim, a partir dessas articulações, os direitos adquiriram força de lei, assegurados na Constituição Federal de 1988, que se tornou propulsora da elaboração de diversas políticas públicas para os povos indígenas, a partir do direto indígena registrado na Constituição, artigo 231 “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a união demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988, art. 231).

Na década de 90, o povo Kambeba da aldeia Três Unidos sentiu a necessidade de uma escola na comunidade. O tuxaua se mobilizou e foi até a cidade de Novo Airão solicitar ao secretário de educação a implantação da escola Kambeba em Três Unidos. Nessa época, a escola foi reconhecida como escola rural ribeirinha. Por isso, começou um novo desafio para a educação escolar kambeba. A escola era rural ribeirinha, com o currículo de uma escola não indígena. Professor era da própria aldeia mais não se trabalhava nada sobre a educação diferenciada dos povos indígenas. Por isso, em 2003, na secretaria municipal de educação da SEMED – Manaus, se iniciou uma mobilização com um grupo de estudos do movimento indígena de Manaus para começar um projeto de implantação da educação escolar indígena no município de Manaus. Aconteceram várias reuniões com as lideranças indígenas do povo Kambeba e outros povos que estava na luta do movimento.

Imagem 1: Sala de aula da escola indígena Kanata T-ykua

Fonte: arquivo particular dos pesquisadores

No ano de 2005, foi implantado o núcleo de educação escolar indígena na SEMED Manaus. A luta continuou para que a secretaria de educação criasse um processo seletivo específico e diferenciado para contratação de professores indígenas. Com a persistência e luta dos povos indígenas, no ano de 2007, aconteceu o primeiro processo seletivo específico para professores indígenas, sendo contratados 12 professores. Desses dozes, um professor foi da etnia Kambeba. Nesse mesmo ano, o professor começou a lecionar na escola, usando a língua indígena e, assim, começou a revitalizar os saberes tradicionais Omagua/Kambeba por meio de projetos societários de acordo com o desejo dos membros da aldeia.

Os projetos societários são desenvolvidos na escola indígena para revitalizar, fortalecer e manter os saberes tradicionais do povo indígenas. O tema a ser desenvolvido pelo projeto dentro da escola é escolhido por toda a comunidade em uma grande reunião, quando vários temas dos saberes tradicionais indígenas são propostos pela comunidade. Dentre todos, só um é escolhido por meio de votação. O tema mais votado é aprovado para ser trabalhado de acordo com o planejamento da escola e da comunidade. Este projeto pode ter duração bimestral, semestral ou anual de acordo com a necessidade e a ampliação do projeto. Os temas escolhidos são bem importantes, porque tratam dos saberes kambeba como, por exemplo: as pinturas corporais, as danças, as histórias indígenas e entre outros saberes. Os projetos societários são bem importantes, porque não envolvem só os alunos

matriculado na escola, mais também envolvem todos da comunidade, como, por exemplo, os anciões. Foi desafiador iniciar a execução dos projetos societários, porque a própria rede municipal de ensino não reconhecia essa metodologia de ensino da escola indígena.

Outro desafio enfrentado pela educação escolar Kambeba foi de tornar a língua Kambeba uma disciplina na escola indígena Kanata T-ykua. Mesmo com essas dificuldades enfrentadas pela educação Kambeba, ainda não foi possível criar para a escola indígena um currículo próprio de acordo com a legislação da educação escolar indígena. Essa luta não é de agora (Ferreira, 2001).

Desafios da Educação Escolar Kambeba

Atualmente o povo Kambeba luta pela revitalização dos seus costumes e suas tradições que foram perdidos durantes décadas. A educação do povo Omágua é um projeto da aldeia que vem valorizar, respeitar e a colocar em prática tudo o que foi perdido durante todos esses anos de contato com os não indígenas. A aldeia luta pela educação escolar a partir da educação que vem da base, pois a educação escolar indígena necessita ser pensada e ser intercultural na perspectiva crítica, conforme explica Catherine Walsh (2007):

> [...] uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. [...], é um projeto de existência, de vida (Walsh, 2007, p. 8).

É na perspectiva intercultural crítica que o povo Kambeba pensar a educação escolar indígena, pois entendem como caminho viável que coaduna com o pensamento e os anseios dos povos indígenas da Amazônia, especialmente o povo indígena Kambeba, da Comunidade Três Unidos em Manaus. É nesse fazer que se estabelecem o diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes ocidentais. Trata-se de uma perspectiva que vai de encontro a toda forma de colonização de saberes, colonização das escolas indígenas por meio do sistema dominante. Processo de colonização que causou um choque cultural, como destaca Freire (2004):

> [...] os povos indígenas foram submetidos a um choque cultural, produzido pelo embate entre práticas e concepções pedagógicas bastante diferenciadas. De um lado, os princípios de uma sociedade, cuja educação não dependia da escola, da escrita e de castigos físicos. De outro, as normas e regras de uma sociedade letrada, dependente da escola e da palmatória que – acreditava-se – corrigia erros e, portanto, educava. Esse choque ocorreu em diferentes regiões do país, com consequências trágicas para as sociedades indígenas e suas culturas (Freire, 2004, p. 17-18).

Diante do exposto, pensamos que a educação escolar indígena é um processo educativo em construção, uma escola construída a partir da perspectiva educativa, sociocultural e política dos povos indígenas. Isso vem de encontro a um passado de

negação, alienação e silenciamento das identidades indígenas na escola e na sociedade, como ocorreu no período de colonização e perdurou até a Constituição Federal de 1988. A partir desse documento, criou-se uma série de legislações que embasam a educação específica e diferenciada em suas formas próprias de ser e de fazer educação.

O povo Kambeba, fazendo uso de seu direito à educação específica e diferenciada, está desenvolvendo, atualmente, o projeto societário Formação de Novos Guerreiros, iniciado em 2022. O desafio é preparar novos guerreiros para saber viver na aldeia e também no mundo lá fora da aldeia. O projeto objetiva que todos aprendam a língua portuguesa e a língua Kambeba e que os saberes tradicionais sejam vinculados com os saberes universais. Mais isso sem esquecer suas tradições e seus costumes, pois, assim como um jovem Kambeba deve saber flechar com seu arco tradicional, ele também pode aprender a flechar com um arco olímpico, por exemplo.

Neste processo, o professor indígena também vive enfrentando desafios nas suas práticas pedagógicas interculturais, pois precisa que, a todo momento, saiba organizar seus planejamentos respeitando os saberes indígenas, para que o currículo da escola não indígena não prevaleça e os saberes ancestrais dos povos indígenas se façam presentes no currículo. O currículo deve atender as necessidades da educação escolar do povo kambeba. Os assuntos que deve ser presente no currículo são aqueles que são de conhecimentos tradicionais, como, por exemplo, as danças tradicionais, os grafismos, as comidas típicas, os artesanatos, as tintas naturais, as histórias antigas, os tessumes de cestos, a plantação dos roçados, a pescaria, os utensílios de caça e pesca, a língua indígena e suas traduções, a confecção da canoa, o remo, confecção das roupas kambebas, a espiritualidade, a fortalecimento da identidade kambeba, formação de novas lideranças e as lutas do movimento indígena. Esses assuntos são de grande importância no fortalecimento da identidade kambeba, isso se faz presente na aldeia e na escola. Quando se pensa em educação escolar indígena na aldeia também deve ser pensada na educação coletiva e de que maneira essa educação deve ser pensada e repensada para valorizar os conhecimentos dos anciões da aldeia e deve pensar de que forma esses conhecimentos vão chegar até a escola por intermédio do professor indígena. Será de grande importância que os conhecedores de saberes tradicionais, conhecidos como bibliotecas vivas, atuem na escola, a fim de compartilharem os seus conhecimentos ancestrais. Assim, se fortalece a identidade kambeba e se valoriza os anciões da aldeia. Nesse sentido, a ação pedagógica na escola considera a relação cotidiana um dos pressupostos básicos da aprendizagem coletiva, levando em conta que cada aluno carrega consigo uma bagagem de saberes culturais ricos de significados.

Embora as orientações pedagógicas sejam emanadas da SEMED, a escola obedece aos tempos e espaços educativos próprios da cultura de seu povo. A participação da família e do coletivo da comunidade é primordial para o bom andamento do processo educativo. Os conteúdos curriculares são adaptados à realidade e ao contexto da comunidade, o que leva a uma prática pedagógica embasada no diálogo crítico e respeitoso entre a realidade dos próprios alunos e os conhecimentos vindos de diversas culturas, haja vista que a escola indígena deve possibilitar essa relação entre a educação escolar e a

própria vida, em sua dinâmica histórica. Dessa forma, os conteúdos passam a ter significados e tornam-se importantes instrumentos para compreensão da realidade dos alunos.

Nesse contexto, utilizamos a metodologia de projetos para desenvolver os conteúdos curriculares. O trabalho com projetos traz uma nova perspectiva para se pensar e contextualizar o processo de ensino-aprendizagem. Aprender deixa de ser um simples ato de memorização e ensinar não significa mais apenas repassar conteúdos prontos. Nessa metodologia, todo conhecimento é construído em estreita relação com o contexto em que é utilizado, sendo, por isso mesmo, impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes nesse processo. O aluno aprende participando, vivenciando sentimentos, tomando atitudes diante dos fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos. O professor ensina não só pelas respostas dadas, mas, principalmente, pelas experiências proporcionadas, pelos problemas criados, pela ação vivenciada.

Por fim, outro desafio da educação escolar Kambeba é a elaboração do projeto político pedagógico (PPP) e a aprovação do currículo diferenciado da escola Kambeba no município de Manaus, haja visto que a escola indígena em estudo não possui currículo próprio ou diferenciado, trabalha com o mesmo currículo da escola não indígena, mas a equipe pedagógica da escola e as lideranças da aldeia lutam por um currículo diferenciado para a escola do povo Kambeba.

A luta para a elaboração de um currículo da escola indígena Kambeba iniciou em 2014. O trabalho reuniu professores indígenas, anciões e representante da secretaria de educação de Manaus para discutirem a melhor forma de organizar e construir um currículo próprio para a escola indígena kanata T-ykua. O desfio maior para a elaboração do currículo da escola foi a falta de interesse por parte da secretaria de educação do estado do Amazonas, uma vez que tinha dificuldade no entendimento na legislação da educação escolar indígena.

Atualmente a construção do currículo da escola Kanata ainda exige grande discursão e reflexão sobre o currículo diferenciado. A liderança Kambeba e os indígenas professores continuam na insistência de que o currículo diferenciado é a melhor forma para o reconhecimento da educação intercultural kambeba. A organização pedagógica e a equipe escolar vêm se empenhando em trabalhar na valorizando dos conhecimentos ancestrais do seu povo e sempre fortalecendo a identidade e a cultura Kambeba. E ainda existe uma grande resistência por parte da secretária de educação de Manaus, que não esclarece por que ainda não conseguiu aprovar o currículo diferenciado da educação escolar indígena do município. Por esse motivo a escola Kanata t-ykua até este momento não conseguiu aprovar o seu currículo próprio.

No ano de 2005, a secretaria municipal de educação de Manaus exigiu que todas as escolas municipais elaborassem o seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Com as escolas indígenas não foi diferente, precisou que os professores e gestores e as lideranças indígenas se organizasse para se pensar de que forma seria construído o projeto político pedagógico da escola indígena Kambeba. Só que, neste ano, a escola não tinha nenhuma

legalização como escola indígena, era reconhecida como escola rural ribeirinha. Dentro da secretaria de Manaus, não existia nenhuma gerencia ou departamento que amparasse de forma legal a educação escolar indígena no município de Manaus. Esse reconhecimento só começou a existir quando um grupo de indígena se mobilizou e criou um grupo de trabalho para lutar e efetivar o núcleo de educação escolar indígena de Manaus. Mesmo com a criação do núcleo de educação escolar indígenas da SEMED – MANAUS não obtivemos sucesso na construção do PPP da escola. Isso porque precisaria de que a escola fosse legalizada como escola indígena municipal e com um novo ato de criação da escola. Cada momento desses citados dificultou a construção do PPPI.

Enquanto o currículo está sendo trabalhado, a pedagogia de projeto ou projeto societário está revitalizando e fortalecendo a língua, os costumes, saberes, tradição do povo indígena para que não desapareça daqui a algum tempo esses saberes indígenas. É por esse motivo que a pedagogia de projetos surge na escola indígena municipal Kanata T-ykua.

O projeto societário consiste em vincular o currículo vindo da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/Manaus - com os saberes tradicionais do povo Kambeba. O projeto societário é escolhido pela aldeia para que seja desenvolvido no período do ano letivo. Assim, o projeto societário é visto como uma forma de oportunizar e manter o ensino tradicional kambeba. Paredes (1996) considera relevante no processo educativo da escola indígena a prática da reflexão das problemáticas sociais vivenciadas pelas próprias comunidades, pois tal atitude a faz uma educação diferenciada. Defende que uma educação propriamente indígena precisa ser intercultural e bilíngue, a fim de reconhecer e valorizar a identidade indígena.

Considerações Finais

O presente trabalho possibilitou uma análise sobre a educação intercultural da aldeia Três Unidos do povo Kambeba, localizada às margens do Rio Negro, marcadamente na escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua.

A pesquisa relevou que o projeto societário é uma ferramenta que fortalece as práticas pedagógicas interculturais, partindo de um tema gerador que é escolhido pela comunidade e que atenda às necessidades dos alunos e que revitalize a língua e a cultura Kambeba, envolvendo toda a comunidade e dando destaque à atuação dos anciões. O projeto permite que os estudantes indígenas se auto identifiquem, se valorizem e valorizem o seu povo, expressando e enriquecendo os saberes tradicionais, desenvolvendo o cognitivo, ressignificando o fazer pedagógico de modo que o espaço de aprendizagem não se limite às paredes da escola. Ação que permite que a educação intercultural na escola seja praticada.

A escola Kanata T-Ykua desenvolve parte da epistemologia dos conhecimentos tradicionais por meio dos projetos societários para potencializar o ensino-aprendizagem dos conteúdos científicos, visando um ensino aprendizagem da sua cultura de forma intercultural. A integração do currículo possibilita aos alunos, por meio dos conhecimentos

tradicionais, o desenvolvimento dos conhecimentos científicos universais, visando à transformação social por meio da valorização dos conhecimentos próprios da etnia Kambeba.

Para maior desenvolvimento da educação escolar intercultura Kambeba falta, no entanto, a contrapartida da secretaria de educação do estado do Amazonas, no sentido de aprovar o projeto político pedagógico da escola para este poder ser implementado na escola Kanata T-Ykua.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm. Acesso em: 06 abr. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia:* saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FERREIRA, Mariana K. L. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. *In*: SILVA, Aracy L.; FERREIRA, Mariana K. L. (Org.). *Antropologia, História e Educação*: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. p. 71-111.

MELIÁ, Bartomeu. Educação indígena na escola: educação indígena e interculturalidade. *Cadernos Cedes,* n. 49, p. 11-17, 2000.

PAREDES, José B. B. Educação indígena e identidade. *In*: ASSIS, Eneida (Org.). *Educação Indígena na Amazônia:* Experiências e Perspectivas. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, 1996. p. 13-28.

TASSINARI, Antonella M. Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de Educação. *In*: SILVA, Aracy L.; FERREIRA, Mariana K. L. (Org.). *Antropologia, história e educação*: A questão indígena e a Escola. São Paulo: Global, 2001. p. 44-70.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. *In***:** *Memórias del Seminário Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad"*, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 17 a 19 de abril de 2007.

WEIGEL, Valéria A. C. M. *Escolas de branco em malokas de índio*. Manaus: EDUA, 2000.